



Handwritten notes and signatures in the top right corner, including the letters 'C. J.' and a signature.

RELATÓRIO E CONTAS REFERENTES AO ANO 2001

Proposta Apresentada pelo
CONSELHO DIRECTIVO NACIONAL
LISBOA 20-02-2002



W. J. F.
R. O.
J. E.
A. L.

ÍNDICE

	<i>folha</i>
NOTA INTRODUTÓRIA	4
ACTIVIDADES INERENTES ÀS OPÇÕES ESTRATÉGICAS, POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO, DE RECURSOS E INSTALAÇÕES	6
OPÇÃO ESTRATÉGICA 1: Promover a defesa e melhoria contínua da qualidade dos cuidados de enfermagem	6
OPÇÃO ESTRATÉGICA 2: Promover o desenvolvimento da profissão de enfermagem	7
OPÇÃO ESTRATÉGICA 3: Promover a regulamentação e controlo do exercício profissional	9
OPÇÃO ESTRATÉGICA 4: Promover a participação dos enfermeiros na definição da política de saúde	9
OPÇÃO ESTRATÉGICA 5: Promover a participação dos enfermeiros na definição da política de formação na área da saúde e da enfermagem em particular.	11
DO FUNCIONAMENTO DA ORDEM DOS ENFERMEIROS E DAS METODOLOGIAS DE TRABALHO	12
ACTIVIDADES INERENTES AO REGULAR FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS	15
INSCRIÇÕES	15
REVALIDAÇÃO DAS CÉDULAS PROFISSIONAIS	16
ATRIBUIÇÃO DE TÍTULOS	16
EMISSÃO DE PARECERES	16
JULGAMENTO DE RECURSOS	17
PROCEDIMENTO DISCIPLINAR	17
REPRESENTAÇÃO E INTERVENÇÃO POLÍTICA	18
GESTÃO DOS SERVIÇOS E EXPEDIENTE	20
REUNIÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS	21
ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	22
ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA	22
ANÁLISE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA	26



C. J. F.
S. 4
[Handwritten signature]

SIGLAS

- AG - Assembleia Geral
- APE - Associação Portuguesa de Enfermeiros
- CDN - Conselho Directivo Nacional
- CDR's - Conselhos Directivos Regionais
- CEN - Conselho de Enfermagem Nacional
- CER's - Conselhos de Enfermagem Regionais
- CIPE/ICNP - Classificação Internacional para a Prática de Enfermagem
- CJ - Conselho Jurisdicional
- CJR's - Conselhos Jurisdicionais Regionais
- ICN - International Council of Nurses



C. J. F.
S. A.
D. P.
A. B.

NOTA INTRODUTÓRIA

Após ano e meio concentrados no esforço de construção de bases sólidas que sustentem a Ordem que queremos - trabalho imprescindível que nem sempre surgiu aos olhos dos enfermeiros com a sua real dimensão -, assumimos que 2001 seria um ano de *continuidade* no esforço de edificação da nossa Ordem e de *transição* para uma visão estratégica da profissão que orientasse o seu desenvolvimento e alicerçasse o seu reconhecimento social.

Este momento de dar conta do trabalho desenvolvido presta-se a análises mais ou menos finas, a reflexões mais ou menos generalistas e, inevitavelmente, a alguma avaliação em jeito de balanço. Porém, qualquer que seja a granulosidade da análise ou a profundidade da reflexão, estamos convictos que, no momento da avaliação, o ano de 2001 será sempre considerado um grande ano para os Enfermeiros e para a sua Ordem.

Na linha da continuidade registamos a mudança da sede nacional para instalações próprias e a aquisição de três novas sedes para as secções regionais do Centro, do Norte e da Madeira. É obra! As novas instalações eliminaram (ou eliminarão no curto prazo) alguns dos constrangimentos que apoquentavam os órgãos sociais e tolhiam o pleno exercício das competências que estatutariamente lhes estavam acometidas.

Na linha da transição para uma nova dinâmica de funcionamento merece destaque a realização do *I Congresso da Ordem dos Enfermeiros*, que ficará para o futuro como um dos eventos mais marcantes da história recente da Enfermagem portuguesa. Espaço de participação de milhar e meio de enfermeiros, em que se debateram com profundidade as grandes temáticas que marcam a actualidade: as especialidades em enfermagem; os modelos de formação; a qualidade dos cuidados; a participação do cidadão nos cuidados de saúde. Contudo este evento, com forte impacto social – também por força da presença do Presidente da República e do Ministro da Saúde – não foi a única iniciativa da Ordem. O *II Seminário de ética* realizado no Porto e o *Fórum política de saúde* são outros bons exemplos de como é possível aliar à dignidade do evento, a ampla participação e a qualidade das discussões. Estas e outras iniciativas contribuíram decisivamente para o reforço da auto-estima dos enfermeiros e para a construção paulatina, mas segura, de uma nova imagem dos enfermeiros suportada em bases de modernidade, de equilíbrio e de inovação que socialmente se imponha pela diferença na intervenção política e pela qualidade dos cuidados que presta. Por isso, há razões para continuar a acreditar no futuro da enfermagem.



C. J. F.
C. X.
J. P.
A. B.

Estas e outras actividades, bem como a sua articulação em torno dos dois grandes eixos estruturantes: *o desempenho profissional dos enfermeiros e as políticas de saúde/contextos organizacionais*, poderão ser apreciadas mais pormenorizadamente nos capítulos que se seguem. Certos de que as palavras, por mais cuidadosas que sejam, não poderão encerrar em si toda a amplitude e o real impacto da intervenção da Ordem, procuraremos, com rigor, deixar claro a todos os enfermeiros, pelo menos, a parte tangível do que foi a produção dos órgãos sociais da Ordem ao longo do último ano.

Os dados agora disponíveis, que suportam o conjunto das despesas que o Relatório Contas sintetiza, servirão, no seu conjunto, para a avaliação da concretização do *Plano de Actividades e Orçamento para 2001* e permitirão ainda uma análise crítica de cada uma das experiências, a apreciação das estratégias e a validação das opções tomadas.

Porque a experiência dos anos anteriores se tem revelado positiva, manteremos os mesmos critérios para a sistematização da informação. Assim, num primeiro momento, abordaremos as actividades que concretizaram as opções estratégicas, a política de informação, de recursos e de instalações. Num segundo tempo, daremos conta de algumas das actividades que consideramos mais relevantes, inerentes ao regular funcionamento dos órgãos sociais da Ordem.



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

ACTIVIDADES INERENTES ÀS OPÇÕES ESTRATÉGICAS, POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO, DE RECURSOS E INSTALAÇÕES

Opcão estratégica 1: Promover a defesa e melhoria contínua da qualidade dos cuidados de enfermagem

Área prioritária: Padrões de qualidade dos cuidados de enfermagem

Propósitos:

- Identificar os padrões de qualidade a definir;
- Definir padrões de qualidade dos cuidados de enfermagem;
- Promover a divulgação da Classificação Internacional para a Prática de Enfermagem – CIPE/ICNP (versão Beta);
- Dar início ao processo de validação de conceitos e definições constantes da CIPE/ICNP.

Concretização das acções previstas:

- ♦ A prioridade atribuída aos padrões de qualidade dos cuidados de enfermagem revelou-se uma opção oportuna e, espera-se, de grande alcance. Tratou-se de uma missão complexa que, durante o ano, exigiu determinação e rigor.
- ♦ A quase totalidade do vasto leque de acções previstas foi concretizado. De facto, realizou-se o ensaio do trabalho de campo anunciado para as unidades de cuidados no âmbito da estratégia de definição dos padrões de qualidade dos cuidados de enfermagem.
- ♦ Para a concretização deste trabalho foram estabelecidas as necessárias parcerias entre a Ordem dos Enfermeiros e as instituições de saúde envolvidas.
- ♦ A partir deste trabalho, foi possível proceder à validação da versão inicial do enquadramento conceptual e dos enunciados descritivos dos padrões de qualidade dos cuidados de enfermagem.
- ♦ Tal como estava previsto uma delegação da Ordem deslocou-se ao Canadá para, junto da Ordem do Quebec e da Associação dos Enfermeiros e Enfermeiras do Canadá, analisar o que de mais actual se produz ao nível das estratégias de promoção da qualidade dos cuidados de Enfermagem.
- ♦ A preocupação com os aspectos relativos ao desempenho profissional dos enfermeiros teve a sua tradução nas sessões temáticas do *I Congresso da Ordem dos Enfermeiros* alusivas ao futuro das especialidades em enfermagem e à excelência do exercício.
- ♦ O trabalho de definição de guias orientadores de *boas práticas* por comissão de especialidade teve o seu início durante o ano de 2001 e terá continuidade em 2002.
- ♦ Por objectiva falta de tempo, a criação de um grupo de trabalho para dar início ao processo de validação dos conceitos e das definições constantes da CIPE foi adiada para 2002;

Área prioritária: Dimensão ética e deontológica do exercício profissional

Propósitos:

- Promover a apropriação do Código Deontológico do Enfermeiro por parte dos enfermeiros;
- Aprofundar o conhecimento dos enfermeiros sobre o Código Deontológico do Enfermeiro.

Concretização das acções previstas:

- ♦ De acordo com o que vem sendo assumido, desde o início do mandato, manteve-se uma intervenção sistemática, sobretudo a cargo do Conselho Jurisdicional, com vista a promover uma cultura de profissionalismo e rigor nas intervenções de enfermagem, com base no respeito pelo Código Deontológico e pelo Regulamento do Exercício Profissional do Enfermeiro.



Handwritten signatures and initials in the top right corner, including a large 'C. J. F.' and other illegible marks.

- ♦ Em função das necessidades reais apresentadas por enfermeiros de diferentes pontos do país, ou em resposta à solicitação de enfermeiros e/ou instituições para a participação em actividades de formação, realizaram-se várias sessões de análise e discussão sobre o Código Deontológico, em particular em torno da informação ao doente e do direito à objecção de consciência.
- ♦ Dos dois seminários previstos sobre temas específicos de ética e deontologia realizou-se apenas o *II Seminário de Ética* sobre Questões Éticas da Prática de Enfermagem. Este seminário, realizado no Porto, contou com 1700 inscrições. A estratégia adoptada para a inclusão de temas no seminário contemplou a participação de enfermeiros, tendo sido solicitados trabalhos realizados na área temática..
Este seminário permitiu concluir que, não sendo possível identificar os conflitos éticos predominantes no exercício profissional, foi evidente a preocupação dos enfermeiros:
 - em promover e zelar pela dignidade das pessoas ao seu cuidado – com clara expressão na garantia do seu direito à informação e à participação nas decisões que lhes dizem respeito;
 - com a desigualdade no acesso a cuidados de enfermagem por parte de grupos mais vulneráveis (p.e. idosos) – em consequência das políticas de gestão de pessoal e de cuidados a que a falta de enfermeiros tem conduzido.
- ♦ Uma das sessões temáticas do I Congresso da Ordem dos Enfermeiros subordinou-se ao tema: *Os direitos e as necessidades dos cidadãos em cuidados de enfermagem*. Este painel, que integrou um leque variado de peritos, substituiu, com vantagem, o fórum sobre os direitos dos utentes previsto no *Plano de actividades para 2001*.
- ♦ Foi também possível compilar grande parte da informação necessária à publicação, num futuro próximo, do texto anotado e comentado do *Código Deontológico do Enfermeiros*.
- ♦ A criação de uma base de dados de trabalhos/artigos sobre Ética e Deontologia profissional foi adiada para o próximo ano.

Área prioritária: Condições de trabalho dos enfermeiros

Propósito:

- Construir e aprovar instrumentos que permitam a avaliação das condições de trabalho dos enfermeiros, nomeadamente em relação aos recursos humanos.

Concretização das acções previstas:

- ♦ A comissão prevista para a construção de propostas de documentos de trabalho que suportassem a tomada de decisão sobre os instrumentos de avaliação a adoptar pela Ordem dos Enfermeiros iniciou o estudo das condições de trabalho dos enfermeiros.
- ♦ Entre os profissionais que trabalham em situação adversa destacam-se os enfermeiros militares. Por isso, o CDN reuniu com estes enfermeiros e, face à acuidade das questões colocadas, decidiu constituir um grupo de trabalho para o estudo e aprofundamento da especificidade das suas condições de trabalho.

Opcão estratégica 2: Promover o desenvolvimento da profissão de enfermagem

Área prioritária: Reconhecimento da individualização das especialidades em enfermagem

- Conhecer a realidade do reconhecimento internacional da individualização das especialidades em enfermagem;
- Conhecer as necessidades nacionais em matéria de cuidados de enfermagem gerais e especializados, passando pela caracterização do perfil dos enfermeiros especialistas;
- Definir critérios para o reconhecimento da individualização de especialidades em enfermagem;
- Reconhecer a individualização das especialidades em enfermagem.



Handwritten signatures and initials in the top right corner, including a large signature that appears to be 'C. J. F.' and several other initials.

Concretização das acções previstas:

- ♦ O desenvolvimento da profissão passa, necessariamente, por um trabalho de reconhecimento da individualização das especialidades. Assumindo a prioridade desta questão, e na continuidade do trabalho iniciado no ano anterior, concluíram-se os estudos necessários a este reconhecimento, realizados pelas escolas superiores de enfermagem Dr. Ângelo da Fonseca, Artur Ravara, Bissaya Barreto e Fernanda Resende.
- ♦ Traduzindo a importância desta problemática, foram apresentadas e amplamente discutidas no *I Congresso da Ordem dos Enfermeiros* as propostas relativas aos modelos de reconhecimento da individualização das especialidades em enfermagem.

Área prioritária: Representação e intervenção da Ordem dos Enfermeiros

Propósitos:

- Alargar o espaço de intervenção dos enfermeiros através da representação da Ordem dos Enfermeiros em diferentes fóruns;
- Ampliar os espaços de diálogo com outras organizações e associações profissionais.

Concretização das acções previstas:

- ♦ Alcançar os propósitos anteriormente definidos foi, como se esperava, um tarefa árdua e de difícil concretização. Nesta matéria, os resultados não dependem apenas da Ordem, estão, pelo contrário, frequentemente condicionados pela intenção e acção de outros agentes. Apesar disso, foram concretizadas várias das acções previstas.
- ♦ Neste contexto realizaram-se contactos, sob a forma de encontros de trabalho, de reuniões, ou de audiências, com diferentes organizações nomeadamente com outras ordens, sindicatos de enfermeiros, associações profissionais e federação de associações de estudantes de enfermagem. Estes espaços de diálogo, nem sempre fáceis, aproximaram a Ordem de algumas questões concretas que preocupam os profissionais de saúde, abriram algumas portas para novas parcerias e permitiram, muitas vezes, potenciar energias. Foi particularmente interessante o trabalho desenvolvido com as organizações profissionais de enfermeiros em torno da Lei de Bases da Saúde e que culminou com um documento consensual de grande valor, apresentado publicamente, em conferência de imprensa, pela Bastonária da Ordem dos Enfermeiros.
- ♦ Para além dos contactos com organizações nacionais, estabeleceram-se contactos directos e formais com associações de enfermeiros de outros países, nomeadamente do Reino Unido, Espanha, Dinamarca, Canadá e Quebeque. Por impossibilidade de agenda não foi possível a deslocação ao Brasil para contacto com a COFEN, como estava inicialmente previsto.
- ♦ Neste contexto não é possível deixar de dar o devido relevo à participação de uma delegação oficial da Ordem dos Enfermeiros ao Congresso do ICN. Esta foi uma óptima oportunidade de assistir à Assembleia de representantes do ICN e de estabelecer relações informais com enfermeiros de outras organizações profissionais de vários países. Esta deslocação possibilitou ainda o contacto com o que mais actual se vai produzindo ao nível do conhecimento e do desenvolvimento da Enfermagem.
- ♦ O processo conducente ao pedido de adesão ao ICN encontra-se em curso. À legítima pretensão da Ordem dos Enfermeiros se assumir como a associação representante de Portugal, acresce a intenção de dar passos seguros e, tanto quanto possível, consensuais com a APE, o que explica alguma delonga em todo este processo.
- ♦ Por razões que habitualmente se prenderam com dificuldades no ajuste da agenda, não foi possível encontrar, com a Ordem dos Médicos, espaço para a discussão conjunta de temas de interesse comum. Porém, abriram-se algumas portas no sentido da troca de informação técnica e científica, entre enfermeiros e médicos dentistas, através das revistas das Ordens congéneres.
- ♦ No âmbito desta prioridade foram ainda nomeados vários enfermeiros como representantes da Ordem dos Enfermeiros em comissões e grupos de trabalho de que se dará conta num capítulo mais adiante.



W. J. F.
 074
 J. P.
 Ambr

Opcão estratégica 3: Promover a regulamentação e controlo do exercício profissional

Área prioritária: Exercício ilegal da profissão

Propósitos:

- Conhecer a situação relativamente ao exercício ilegal da enfermagem no país;
- Actuar no sentido da protecção da saúde dos cidadãos.

Concretização das acções previstas:

- ♦ A Comissão de Acompanhamento do Controlo e Regulamentação do Exercício Profissional manteve-se em funcionamento, contribuindo para o estudo e a apreciação de várias questões problemáticas nesta área.
- ♦ No âmbito da denuncia de situações de exercício ilegal identificadas foram apreciados vários casos que tiveram o seguimento adequado (alguns dos quais enviados ao Ministério Público).
- ♦ Ainda enquadrado neste contexto foi realizado, em parceria com as diferentes secções regionais, o cruzamento da informação constante da base de dados da Ordem com os dados fornecidos pelas instituições de saúde para identificação das situações de não inscrição.

Área prioritária: Exercício liberal da profissão

Propósitos:

- Desenvolver um conceito de exercício liberal da profissão de enfermagem;
- Preparar propostas de instrumentos regulamentadores desta área de actividade profissional.

Concretização das acções previstas:

- ♦ Reconhecidamente trata-se de uma área do exercício profissional que, apesar de não ter uma expressão significativa em termos de número de enfermeiros, se reveste de crescente importância no desenvolvimento da profissão.
- ♦ Este ano, as acções desenvolvidas centraram-se em torno do desenvolvimento de um conceito consistente de exercício liberal da profissão de enfermagem sobretudo através do levantamento de todas as normas legais aplicáveis. Como se compreenderá, o aperfeiçoamento deste conceito não é alheio ao desenvolvimento do quadro conceptual relativo aos cuidados de enfermagem iniciado em 2000 e oficialmente apresentado no *I Congresso da Ordem*. Esta coincidência, que está na origem de algum dilação nas acções previstas, nomeadamente a reunião com os enfermeiros do exercício liberal, será com certeza superada no próximo ano.

Opcão estratégica 4: Promover a participação dos enfermeiros na definição da política de saúde

Área prioritária: Sistema e organização dos serviços de saúde

Propósitos:

- Estabelecer os princípios que enformarão a posição da Ordem face ao sistema de saúde e à organização dos seus serviços;
- Avaliar as experiências inovadoras (centros de saúde de 3ª geração, centros de responsabilidade integrada; gestão do Hospital de S. Sebastião, programa de promoção e monitorização do acesso, regime remuneratório experimental);
- Analisar as implicações e estabelecer as linhas de intervenção da OE perante a eventual inserção de outros profissionais nas equipas de saúde;



C. J. F.
ord
N. J.
A. J.

- Intervir no quadro legal das políticas de saúde;
- Intervir na definição da política de recursos humanos e seu acompanhamento;
- Participar na implementação e regulamentação dos centros de saúde de 3ª geração.

Concretização das acções previstas:

- ♦ Nesta área prioritária, globalmente os propósitos definidos foram atingidos e concretizaram-se a generalidade das acções previstas.
- ♦ Para este resultado contribuiu fortemente a actividade do grupo trabalho sobre políticas de saúde. Da diversidade e da capacidade individual dos enfermeiros que constituíram cada uma das comissões que se debruçou sobre as diferentes áreas temáticas resultou a análise crítica e aprofundada de um amplo leque de situações nesta área.
- ♦ Neste contexto, não poderá deixar de ser referenciada a *Workshop* realizada a nível nacional e dirigida a todos os enfermeiros envolvidos na experiência do regime remuneratório experimental.
- ♦ Este trabalho, crucial para a construção de uma posição consistente e fundamentada da Ordem em relação às várias matérias de política de saúde, teve o seu ponto alto e mais visível na realização do *Fórum de Política de Saúde*, em Lisboa. Esta iniciativa, aberta a outras organizações, reuniu um elevado número de enfermeiros (mais de 700) que, com a participação de profissionais de outras áreas e peritos de reconhecida competência, analisaram um vasto conjunto de situações nomeadamente: a organização dos serviços de saúde; os modelos de gestão hospitalar; os programas e as estratégias de saúde e os princípios enformadores do sistema de saúde.
- ♦ Como estava previsto este Fórum foi precedido da realização de sessões de debate a nível regional (Porto, Coimbra e Lisboa) onde os enfermeiros tiveram oportunidade de, com base nos relatórios preliminares elaborados pelas diferentes comissões, discutir e analisar o seu conteúdo, preparando, deste modo, o debate alargado que se seguiu no *Fórum de Política de Saúde*.
- ♦ Paralelamente, continuou-se o trabalho de elaboração de pareceres sobre diplomas legais que foram presentes à Ordem ou de outros por iniciativa própria, nomeadamente sobre o ante-projecto da Lei de Bases da Saúde, o Plano oncológico nacional, o regime de designação dos directores clínicos e dos enfermeiros directores dos hospitais e das direcções técnicas dos centros de saúde, criação de novas unidades hospitalares, medicinas não convencionais, apresentando aos órgãos de soberania, por vezes em audiência, a posição da Ordem.
- ♦ Conforme estava previsto, durante o ano de 2001 procedeu-se a uma ampla divulgação das conclusões da conferência *A cada família, o seu enfermeiro*. Esta divulgação junto dos enfermeiros assumiu diferentes formas nomeadamente através da *Revista* da Ordem e de sessões publicas promovidas pelas secções regionais do Sul, da Madeira e dos Açores. Todos estas iniciativas tiveram uma forte adesão por parte dos enfermeiros, demonstrativa da sua abertura às propostas apresentadas.
- ♦ Tendo sido publicado o Plano de Acção Nacional de Luta contra a Droga e a Toxicodependência, o CDN decidiu criar uma comissão para aprofundar o tipo de intervenção dos enfermeiros nas várias vertentes do plano.
- ♦ Dada a morosidade na implementação dos Centros de saúde de 3ª geração e das suas Unidades de cuidados na comunidade não surgiu a esperada necessidade de responder a novas preocupações dos enfermeiros decorrentes deste processo.



6.8 f
 02
 J.P.
 A.M.

Opcão estratégica 5: Promover a participação dos enfermeiros na definição da política de formação na área da saúde e da enfermagem em particular.

Área prioritária: Formação e investigação em enfermagem

Propósitos:

- Contribuir para o desenvolvimento das políticas de educação e formação em enfermagem;
- Debater os critérios de reconhecimento e creditação de formação no contexto da atribuição dos títulos profissionais;
- Definir linhas orientadoras da política de investigação em enfermagem.

Concretização das acções previstas:

- ♦ As acções desenvolvidas nesta área centraram-se no desenvolvimentos dos critérios para o reconhecimento e para a creditação da formação.
- ♦ No âmbito desta área foram realizados os cinco encontros regionais preparatórios das propostas a apresentar durante a sessão temática do *I Congresso da Ordem dos Enfermeiros* sobre modelos de formação. A receptividade às propostas apresentadas permitiu concluir da validade dos seus conteúdos e da metodologia adoptada para a sua construção.
- ♦ O atraso na publicação da Portaria que regulamentará os cursos de pós licenciatura de especialização em enfermagem obrigou a uma intervenção insistente, e por diferentes formas, junto do Ministério da Educação no sentido de acelerar a sua publicação, o que não se conseguiu durante o ano de 2001.
- ♦ Por dificuldade várias, nomeadamente em articular a concepção de uma base de dados sobre a investigação realizada em Portugal na área das ciências de enfermagem, com algumas iniciativas regionais já em curso, a concretização desta iniciativa foi adiada para o próximo ano.
- ♦ Dado que o processo de recolha de dados relativo ao Curso de Complemento de Formação em Enfermagem se revelou mais complexo do que o inicialmente previsto, apenas foi possível completar a fase de recolha de dados do estudo anunciado sobre este curso.

Área prioritária: “Auxiliares de saúde”

Propósito:

- Intervir na área da formação profissional dos “auxiliares de saúde”.

Concretização das acções previstas:

- ♦ Esta área, à semelhança de outras, tem implicações com o enquadramento conceptual dos cuidados de enfermagem desenvolvido pela ordem durante 2001. Estas interações retardaram, de algum modo, as iniciativas que estavam previstas para o ano de 2001, nomeadamente o trabalho a desenvolver junto dos enfermeiros formadores destes profissionais.



W. J. F.
 O. A.
 J. P.
 A. B.

Do funcionamento da Ordem dos Enfermeiros e das metodologias de trabalho

Área prioritária: Funcionamento e articulação dos órgãos sociais

Propósito:

- Apurar o funcionamento dos órgãos sociais, nomeadamente através da melhoria da sua articulação e do aprofundamento das atribuições da Ordem e das competências estatutárias dos seus órgãos.

Concretização das acções previstas:

- ♦ Com o intuito de criar de espaços para a reflexão doutrinária no âmbito das competências do Conselho Jurisdicional; foram realizados os dois encontros de formação dos membros deste conselho: Um na área jurídica, para o qual foram convidados todos os titulares efectivos e suplentes dos órgãos nacional e regionais de todas as secções (33 no total), que decorreram em Lisboa e no Porto.
- ♦ Foi ainda realizada uma reunião com a presença dos juristas que assessoriam o Conselho Jurisdicional e os Conselhos Jurisdicionais Regionais, visando uniformizar os procedimentos na instrução de processos disciplinares. A partir desta reunião foram ultrapassadas as principais dificuldades na área do procedimento disciplinar e adoptadas algumas medidas que visam garantir a formalidade exigida aos processos de inquérito e disciplinares, incluindo a participação dos assessores regionais nas reuniões dos CJRs sempre que necessário.
- ♦ O Conselho Jurisdicional preparou os seguintes documentos que contribuiram para a melhoria do funcionamento da Ordem e do exercício dos cargos dos membros dos seus órgãos sociais:
 - memorando sobre o exercício de cargos nos órgãos sociais da Ordem, que posteriormente foi distribuídos a todos os órgãos.
 - memorando sobre Processos Disciplinares e de Inquérito, visando concertar procedimentos com os CD e CDRs.
 - manual sobre Tramitação de Processos Disciplinares e de Inquérito – distribuído a todos os CJRs.
- ♦ A entrada em funcionamento do Site da Ordem, ainda que sem resultados visíveis no ano de 2001, irá com certeza facilitar a comunicação entre os membros de cada um dos órgãos sociais e entre todos os membros que ocupam lugares nos vários órgãos sociais regionais e nacionais da Ordem dos Enfermeiros.
- ♦ Foi constituído o grupo de trabalho para o estudo e eventual revisão do Estatuto da Ordem dos Enfermeiros. Este grupo, já no início de 2002, apresentou ao CDN a primeira versão do ante-projecto de revisão que será oportunamente colocado à discussão pública.

Área prioritária: Informação aos membros e imagem

Propósito:

- Alargar e melhorar a oferta de informação aos membros;
- Melhorar a comunicação entre a Ordem e os seus membros;
- Promover a imagem social da profissão.

Concretização das acções previstas:

- ♦ Tendo em vista os propósitos definidos no início do mandato e reiterados para 2001, prosseguiu-se uma política sustentada de informação aos membros e de promoção da imagem social dos enfermeiros.



C. D. F.
 O. A.
 J. P.
 P. A.

- ♦ A *Revista*, que continua a ter um bom acolhimento junto dos enfermeiros e de várias individualidades que a ela têm acesso, manteve a sua publicação regular. Através deste meio foi possível analisar com pluralidade e profundidade alguns dos temas que preocupam os enfermeiros. Por outro lado, serviu para a divulgação de eventos promovidos pela Ordem e para a difusão, junto dos enfermeiros, de algumas das suas principais conclusões. Face à importância do I Congresso da Ordem dos Enfermeiros, reservou-se um número especial da Revista dedicado à sua divulgação, que será publicado com o primeiro número de 2002.
- ♦ A abertura do I Congresso da Ordem foi também o momento escolhido para a inauguração do *site* da Ordem. Dirigida a três públicos alvo: público em geral, enfermeiros e membros dos órgãos sociais procurou-se com esta potente ferramenta, dar visibilidade ao trabalho desenvolvido pelos enfermeiros e pela sua Ordem e chegar mais próximo dos enfermeiros atingindo outros públicos, mais sensíveis a estas novas linguagens. Por outro lado, e conforme propósito desde sempre expresso, construiu-se um Site que, para além da divulgação de informação, seja um meio de interacção com os cidadãos e com os enfermeiros. Ultrapassada esta primeira fase de instalação, os serviços da Ordem restarão em condições de disponibilizar a todos os membros um endereço de correio electrónico e uma *password* que permitirá o acesso a informação restrita aos membros da Ordem.
- ♦ A viabilidade de criação de uma editora da Ordem, possibilidade colocada a partir de uma hipotética transformação do objecto social da sociedade por quotas (adquirida por ocasião da compra da Sede Nacional) em editora foi abandonada. De facto os estudos realizados aconselharam a que perante os encargos fiscais decorrentes desta transformação se procedesse à imediata liquidação da referida sociedade, processo este que se encontra em curso. Porém não se abdicou da ideia de criação de uma editora, mas a sua concretização carece de estudos complementares a realizar oportunamente.
- ♦ A brochura subordinado ao tema *A cada família, o seu enfermeiro* está praticamente concluída aguardando apenas a sua impressão na tipografia. Por isso, brevemente, os enfermeiros poderão ter acesso a este conjunto de documentos de grande importância. A outra brochura, relativa ao Código Deontológico do Enfermeiro (anotado), não foi possível concretizar, pelo que a sua publicação será adiada para o próximo ano.
- ♦ Por falta de disponibilidade foi adiado para o próximo ano o início da publicação dos Cadernos Científicos e a realização do estudo com vista à divulgação da imagem pública da Enfermagem

Área prioritária: Serviços aos membros

Propósitos:

- Aprofundar as questões relacionadas com o exercício dos direitos estatutários dos membros;
- Alargar o leque de ofertas aos membros em áreas não directamente relacionadas com a intervenção estatutária da Ordem dos Enfermeiros.

Concretização das acções previstas:

- ♦ Nesta área algumas das acções previstas não puderam ser concretizadas. Tal situação ficou sobretudo a dever-se ao facto de, no momento da sua previsão, se ter subavaliado o conjunto das intervenções necessárias à sua concretização e à falta de disponibilidade decorrente da realização de outras actividades consideradas mais prioritárias.
- ♦ Mesmo assim, continuaram as diligências para o desenvolvimento dos instrumentos necessários à implementação do processo de pagamento da quotização através do desconto directo no vencimento e para a tipificação dos problemas/questões levantados pelos membros, o que permitiu preparar, e em alguns casos normalizar, respostas mais adequadas.



C. J. F.
ora
h
A
M

Área prioritária: Recursos humanos e instalações

Propósitos:

- Continuar a política de instalação da sede nacional e das sedes das secções regionais;
- Reforçar os recursos humanos em áreas prioritárias.

Concretização das acções previstas:

- ♦ O grande investimento centrou-se na aquisição de novas instalações para as sedes das secções regionais. Apesar de no plano de acção para 2001 apenas se ter previsto a aquisição da sede para a Secção Regional do Centro e o início do processo de aquisição da sede da Secção Regional da Madeira, questões de oportunidade determinaram, não só a aquisição das duas sedes anteriores, como também a compra de uma sede para a Secção Regional do Norte. Com estas novas sedes fica apenas por adquirir um edifício próprio para a instalação da Sede da Secção Regional dos Açores.
- ♦ A exiguidade das instalações da sede nacional (cedidas pela ARS de Lisboa e vale do Tejo) ocupadas nos primeiros anos deste mandato condicionaram a organização e, até mesmo, a acção dos órgãos sociais da Ordem. Foi por isso com natural regozijo que se procedeu à mudança da sede para instalações próprias. Naturalmente, esta mudança não se fez sem as necessárias, e dispendiosas, obras de instalação e de criação de infraestruturas, bem como da aquisição do equipamento necessário.
- ♦ Algum atraso no processo de instalação, a realização do I Congresso da Ordem e a tentativa de fazer coincidir a *cerimónia comemorativa da inauguração da sede nacional* com uma data significativa, fizeram adiar esta cerimónia para o próximo dia 12 de Maio de 2002.
- ♦ Tal como estava previsto deu-se ainda continuidade ao desenvolvimento de *software* para as áreas da gestão de informação e da contabilidade. Porém, e aquando da concepção do *site* constatou-se os elevados custos de alojamento e manutenção. Neste contexto, e integrada numa estratégia mais global de desenvolvimento num futuro próximo do sistema de informação, optou-se pela aquisição de um parque de máquinas próprio capaz, não só de responder às necessidades decorrentes da instalação do Site mas, igualmente, apto a dar resposta à necessária reestruturação e redimensionamento da actual base de dados da Ordem. Foi igualmente necessário adquirir os servidores necessário à instalação da base de dados, do site e do correio electrónico (a fornecer a todos os membros) bem como o indispensável a equipamento de segurança (UPS) e aumentar a largura de banda da linha de acesso telefónico em função do n.º de acessos previstos.
- ♦ Com as novas instalações tornou-se possível a contratualização de pessoal técnico e administrativo, nomeadamente para a área financeira e da informação. A admissão de um assessor para a área de informação e imprensa foi adiada para o ano de 2002.



C. J. F.
ma
N. J. P.
António

ACTIVIDADES INERENTES AO REGULAR FUNCIONAMENTO DOS ORGÃOS

INSCRIÇÕES

Entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2001 foram recebidos 3 257 pedidos de inscrição, tendo, em igual período, sido admitidos 2 255 novos membros. Esta diferença ficou apenas a dever-se ao facto de não ter sido possível concluir a tramitação necessária ao processo de inscrição num significativo número de casos. Ao contrário do que os números poderiam fazer supor, durante o ano de 2001 apenas foi recusada a inscrição a doze dos pedidos.

Em relação aos pedidos de cancelamento e suspensão e aos casos de falecimentos registou-se uma ligeira redução, nos valores totais, de 13% (menos 50 casos do que no ano anterior).

Registe-se ainda que, comparativamente com o ano anterior, se verificou um acréscimo de 35% no número de pedidos de inscrição (2 406 no ano de 2000). Mesmo com o elevado número de processos que transitaram para 2002 sem inscrição, no final do ano, e tomando por referência igual período do ano anterior, verificou-se um acréscimo significativo no número de membros (mais 1 932). Com este aumento, o número total membros activos ficou já muito perto dos 40 000 enfermeiros

Secção Regional	Pedidos de inscrição	Admissões	Cancelamentos, Suspensões			Total de membros activos a 31/12/01	Acréscimo de membros em relação a 31/12/00
			Cancel. a)	Susp.	TOTAL		
<i>Açores</i>	122	116	1	9	10	1 162	103
<i>Centro</i>	706	302	43	26	69	8 651	255
<i>Madeira</i>	84	82	13	4	17	1 403	70
<i>Norte</i>	766	258	52	18	70	11 534	175
<i>Sul</i>	1 579	1 521	102	64	166	16 902	1 329
TOTAL	3 257	2 255	211	121	332	39 652	1 932

a) inclui pedidos de cancelamento e falecimentos.



W. J. F.
 ON
 J. J. J.
 A. J. J.

REVALIDAÇÃO DAS CÉDULAS PROFISSIONAIS

À habitual complexidade no processo de revalidação da cédula profissional de todos os membros juntou-se, no ano de 2001, uma nova dificuldade: proceder à digitalização da fotografia de todos os membros com vista à sua impressão nas novas cédulas a emitir para o ano de 2002. Algum atraso em todo este processo determinou a necessidade de enviar a todos os membros, no final do ano, um certificado provisório que substituísse, nos primeiros meses de 2002, a cédula profissional até à sua ultimação.

No momento do envio do certificado provisório foi possível apurar que cerca de 90% dos membros efectivos têm regularizada a sua situação perante a Ordem, o que afasta, desde logo, alguns cenários mais pessimistas, traduzindo, pelo contrário, o envolvimento da generalidade dos enfermeiros com a sua Ordem.

ATRIBUIÇÃO DE TÍTULOS

Para além do título de Enfermeiro, foram atribuídos pelo Conselho de Enfermagem 115 títulos profissionais de Enfermeiro Especialista nas seguintes áreas de especialidade:

<i>Enfermagem Médico-Cirúrgica</i>	21
<i>Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiatria</i>	14
<i>Enfermagem de Reabilitação</i>	12
<i>Enfermagem na Comunidade</i>	22
<i>Enfermagem de Saúde Infantil e Pediatria</i>	17
<i>Enfermagem de Saúde Materna e Obstetrícia</i>	29
TOTAL	115

EMISSÃO DE PARECERES

▪ Sobre matéria interdisciplinar das especialidades em enfermagem

O Conselho de Enfermagem emitiu 57 pareceres, dos quais 46 referem questões relacionadas com a competência profissional e dez aspectos relativos à autonomia profissional.



C. J. F.
D. A.
D. J. A.
M. B.

Este número, que não difere significativamente do ano anterior (60 pareceres), traduz alguma tendência para uma estabilidade nesta área.

▪ *Sobre o exercício profissional e deontologia*

O Conselho Jurisdicional emitiu 14 pareceres (12 em 2000), 4 dos quais referem incompatibilidades com o exercício da profissão e 10 questões ético-deontológicas.

Regista-se que 28% dos pedidos de parecer se situam na análise e interpretação do artigo 77º (incompatibilidades) do Estatuto da Ordem. No que se refere às questões ético-deontológicas, a maior incidência (50%) verificou-se nas áreas da informação - sigilo/consentimento -, ou seja, no âmbito da análise e interpretação dos artigos 84º e 85º, que aliás, tinham sido alvo de reflexão e debate público no I Seminário de Ética, realizado em 2000.

JULGAMENTO DE RECURSOS

Das decisões dos Órgãos Sociais da Ordem dos Enfermeiros foi interposto apenas um recurso para o Conselho Jurisdicional relativo à revogação do acto de não procedimento disciplinar. Este número contrasta com o do ano de 2000 em que foram interpostos quatro recursos.

PROCEDIMENTO DISCIPLINAR

Durante o ano 2001, deram entrada oito processos disciplinares, instaurados a membros da Secção Regional do Centro (1) e do Sul (7). Sobre os mesmos foram proferidos quatro *Despachos de Arquivamento* e dois *Despachos de Acusação*. Foram aplicadas duas penas de Advertência escrita (uma referente a um processo do ano anterior) e uma pena de Censura escrita (também referente ao processo do ano anterior).

Transitam três processos para o ano 2002: um processo em fase de apresentação de defesa; um processo suspenso, de acordo com o previsto no artigo 53, nº 2 e ainda um processo sobre o qual foram requeridas novas diligências.

Considerando o tempo a que se reportam, é possível concluir que, se o número total de processos disciplinares duplicou em 2000 em relação ao ano anterior, em 2001 diminuiu em relação a 2000 (dez para oito).



C. J. F.
O. J.
D. J.
M. J.

REPRESENTAÇÃO E INTERVENÇÃO POLÍTICA

Ao longo do ano 2001, esta actuação desenvolveu-se em várias vertentes que poderão ser sistematizadas, nos seus aspectos formais e ainda não divulgados, da seguinte forma:

▪ ***Junto dos órgãos de soberania***

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

A iniciativa com maior visibilidade visou a participação do Presidente da República no I Congresso da Ordem dos Enfermeiros. Diligência que viria a ser coroada de êxito e que se concretizou na presença, politicamente muito significativa, do Presidente da República na Cerimónia Solene de Abertura.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

A pedido da Comissão Parlamentar da Saúde e Toxicodependência, a Ordem dos Enfermeiros foi recebida em audiência com o intuito de se pronunciar sobre os projectos de Lei relativos às *medicinas não convencionais*, apresentados à Assembleia da República pelo Bloco de Esquerda e pelo Partido Socialista.

GOVERNO

▪ **Ministério da Saúde**

A Ordem foi recebida por três vezes pelos Ministros da Saúde, uma vez pelo Secretário de Estado dos Recursos Humanos e da Modernização da Saúde e uma vez pelo Secretário de Estado da Saúde. O Director Geral da Saúde foi recebido, a seu pedido, na Sede da Ordem. Nestes encontros foram debatidos vários assuntos de interesse comum, nomeadamente:

- A carência de enfermeiros e a necessidade de o Ministério realizar um estudo sobre a previsão das necessidades de enfermeiros para os próximos anos;
- A problemática dos enfermeiros oriundos de Espanha (domínio da língua portuguesa, plano de integração nas instituições de saúde);
- Implementação dos Centros de Saúde da 3ª geração;
- Lei de Bases da Saúde;
- Exercício ilegal da profissão;



W. J. F.
 074
 N. F.
 [Signature]

- A situação dos enfermeiros provenientes das ex colónias portuguesas com habilitações iguais às obtidas nas escolas de enfermagem portuguesas, durante aquele período;
- Alteração do Decreto-lei 505/99, de 20 de Novembro, sobre o Licenciamento e fiscalização das Unidades de Diálise.

Ministério da Educação

A Ordem foi recebida uma vez pelo Secretário de Estado do Ensino Superior, numa audiência em que se abordaram as seguintes questões:

- a carência de enfermeiros e o plano estratégico para a sua formação;
- a reorganização da rede das escolas superiores de enfermagem;
- a publicação da portaria que regulamente os cursos de pós-licenciatura de especialização em enfermagem;
- a situação dos enfermeiros bacharéis, habilitados com um curso de especialização de enfermagem sem equivalência ao grau de licenciado.

▪ *Participação em Comissões / Organismos previstas na lei ou por solicitação*

Para além dos 22 representantes da Ordem dos Enfermeiros já designados nos anos de 1999 e 2000 para os seguintes organismo:

- Conselho Nacional de Saúde Mental
- Conselho Regional de Saúde Mental – Região Norte
- Conselho Regional de Saúde Mental – Região Centro
- Conselho Regional de Saúde Mental – Região Lisboa e Vale do Tejo
- Conselho Regional de Saúde Mental – Região do Alentejo
- Conselho Regional de Saúde Mental – Região do Algarve
- Conselho Consultivo do Instituto da Qualidade em Saúde
- Conselho Consultivo da Universidade de Aveiro
- Conselho Consultivo da Escola Superior de Enfermagem Francisco Gentil
- Conselho Geral do Conselho Nacional da Qualidade na Saúde
- Conselho do Projecto de Reorganização da Farmácia Hospitalar
- Comissão Ministerial de Acompanhamento ao Doente Ostomizado
- Comissão de Acompanhamento de Intervenção Operacional para a Saúde,

durante o ano de 2001 foram nomeados, pelo CDN, mais 9 representantes para as seguintes Comissões/Organismos:

- Conselho Consultivo da Escola Superior de Enfermagem Calouste Gulbenkian
- Conselho Consultivo da Escola Superior de Enfermagem de Santarém
- Conselho Consultivo da Escola Superior de Enfermagem de Ponta Delgada
- Comissão Técnica Nacional – Unidades Privadas de Diálise
- Comissão de Verificação Técnica – Unidades privadas de diálise – ARS Norte



C. J. F.
O. A.
J. P.
M. A.

- Comissão de Verificação Técnica – Unidades privadas de diálise – ARS Centro
- Comissão de Verificação Técnica – Unidades privadas de diálise – ARS Lisboa e Vale do Tejo
- Comissão de Verificação Técnica – Unidades privadas de diálise – ARS Algarve
- Comissão de Verificação Técnica – Unidades privadas de diálise – ARS Alentejo

Este incremento, e a presença em espaços cada vez mais alargados, traduz o crescente reconhecimento do importante contributo que os Enfermeiros podem dar em questões de saúde e de formação.

▪ ***Participação em eventos realizados por enfermeiros e/ou outras entidades***

À semelhança dos anos anteriores, a Ordem dos Enfermeiros foi convidada para inúmeras iniciativas promovidas por diferentes instituições ou entidades e realizadas em diversas localidades do continente e das regiões autónomas. Em resposta a estas solicitações a Bastonária esteve presente, ou fez-se representar, em 146 eventos, participando com várias apresentações temáticas ou intervindo em sessões de abertura e/ou encerramento.

GESTÃO DOS SERVIÇOS E EXPEDIENTE

Nesta área, a correspondência com os membros continua a ser uma referência significativa do volume de trabalho acometido ao sector administrativo da Ordem. A título de exemplo, foi assegurado o envio mensal, a todos os membros, da informação relativa à quotização o que, em conjunto com o envio da declaração de inscrição que substitui provisoriamente a cédula profissional, totalizou cerca de 400 000 cartas.

Por outro lado, manteve-se a preocupação em minimizar custos, assegurando, por exemplo, que a informação pertinente a disponibilizar a todos os membros fosse enviada juntamente com a facturação.

Apesar do atendimento regular dos membros nas sedes das secções regionais, foram muitos os que se dirigiram, quer pessoal quer telefonicamente, à Sede Nacional. Em todos os casos, houve a preocupação em dar uma resposta às solicitações, procedendo-se, posteriormente, em alguns casos, ao encaminhamento das situações para as respectivas secções regionais.

Em termos globais, deram entrada na Sede Nacional 7 374 documentos diversos, o que traduz um aumento de quase 50 % relativamente ao ano anterior (4961 em 2000). Também em relação ao documentos expedidos se registou um aumento similar, de 4 343 em 2000 para 7 381 em 2001.



W. J. F.
OK
J. J. J.
A. J. J.

REUNIÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Todos os órgãos nacionais funcionaram regularmente reunindo de acordo com o estipulado no Estatuto e nos respectivos regulamentos internos.

O CDN reuniu 29 vezes, ao longo do ano, realizando cinco reuniões extraordinárias. O CDN promoveu ainda um Encontro Nacional dos órgãos sociais no mês de Janeiro, em Peniche, com a finalidade de recolher todos os contributos necessários à definição do trabalho a desenvolver durante o ano 2001. Neste encontro participaram cerca de 150 membros dos órgãos sociais, efectivos e suplentes.

O Conselho Jurisdicional agendou as reuniões necessárias ao planeamento e avaliação das actividades de formação e encontros de reflexão promovidos por este órgão e para a decisão final em processos disciplinares. Como as necessidades ultrapassaram as expectativas, foram realizadas oito reuniões plenárias, mais quatro do que as inicialmente previstas.

Pelo contrário as Secções, que inicialmente haviam planeado reunir alternadamente com intervalos de duas semanas, nomeadamente como forma de dar resposta às necessidades impostas pelos prazos dos processos disciplinares, reuniram por dez vezes (cinco reuniões da 1ª Secção e igual número da 2ª Secção). Verificou-se, no entanto, que as necessidades não o justificaram, tendo sido canceladas várias reuniões.

O CEN reuniu 13 vezes, sendo que em duas das reuniões participaram os Presidentes dos Conselhos de Enfermagem Regionais, com o objectivo de coordenar e programar a actividade a desenvolver de acordo com as prioridades definidas.

O CEN coordenou a actividade das comissões de especialidade, de cuidados gerais e de formação que reuniram regularmente (10 a 13 reuniões anuais). Em algumas destas reuniões estiveram presentes os membros dos Conselhos de Enfermagem Regional da respectiva áreas de especialidade.

O Conselho Fiscal reuniu seis vezes para proceder à análise das actas do CDN e das contas da Ordem.

A Mesa da Assembleia Geral dirigiu os trabalhos da Assembleia Geral realizada em Março de 2000, na cidade do Porto, tendo para o efeito reunido antecipadamente.



W. D. K.
 OSA
 J. P.
 A. B.

ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Fruto de um processo de aperfeiçoamento do ajuste de organização da contabilidade às necessidades da Ordem dos Enfermeiros, foi esta, em 2001, objecto de uma reestruturação profunda. Em consequência, o ano de 2001 pode ser considerado o primeiro a partir do qual as demonstrações financeiras, quer da Sede Nacional, quer das Secções Regionais poderão ser comparáveis.

Resumidamente, foi criado um Plano de Contas ajustado à realidade das suas actividades estatutárias, foram definidas normas de procedimentos, normalizados documentos, criados Centros de Custo e novas contas de interligação.

A contabilidade da Sede Nacional e das várias Secções Regionais passou a ser efectuada de forma individual. Esta reestruturação implicou algumas regularizações contabilísticas, para obtenção de Balanços por Secção Regional e Sede Nacional a partir de um único.

Análise da Situação Económica

A Sede Nacional da Ordem dos Enfermeiros registou no exercício de 2001 um acréscimo dos resultados transitados de 73 207 contos e meios libertos de 93 513 contos.

O valor da quotização emitida é contabilizado pela totalidade na Sede Nacional sendo posteriormente feita a sua distribuição, na mesma percentagem aplicada aos recebimentos, pela Sede Nacional e Secções Regionais mantendo a uniformização de critérios.

Secção	Facturação Próprio Ano	Percentagens de Facturação	Proveitos da Sede	Comparticipação Aquisição Imóveis	mEsc
					Proveitos após distribuição da Percentagem de Quotização e Participação para Aquisição de Imóveis para cada Secção Regional
Açores	19.711	26.709	-6.998		-6.998
Centro	153.834	46.150	107.684	30.000	77.684
Madeira	24.433	21.194	3.239	50.000	-46.761
Norte	206.276	61.883	144.393	50.000	94.393
Sul	288.944	86.683	202.261		202.261
Total (1)	693.198	242.619	450.579	130.000	320.579
	Ano Anterior				
Açores	654				
Centro	4.584				
Madeira	489				
Norte	6.894				
Sul	10.025				
Total (2)	22.646		22.646		22.646
Total (1+2)	715.844	242.619	473.225	130.000	343.225



C. J. F.
204
[Signature]

A execução orçamental das principais rubricas de proveitos, com os constrangimentos acima referidos sobre a comparabilidade, que no mapa anterior se conseguem desagregar, pode ser analisada a seguir:

Proveitos	mEsc	
	Valor realizado em 2001	Valor orçamentado em 2001
Proveitos (*)	473.225	444.599
Emolumentos	1.233	2.000
Proveitos suplementares	8.257	0
Proveitos financeiros	10.584	4.500
Proveitos extraordinários	1.922	0
TOTAL	495.221	451.099

(*) Após distribuição da Percentagem de Quotização por Secções Regionais.

Os custos do exercício totalizaram 292 015 contos, valor inferior ao orçamentado em 9.53%, se subtrairmos os custos com a aquisição dos imóveis para as Secções Regionais e, também, a percentagem de quotização indexada a cada uma das secções.

O valor disponibilizado para a aquisição dos imóveis das Secções Regionais foi orçamentado pela Sede Nacional no Plano de Investimentos, mas com a separação da contabilidade por secções passa o mesmo a fazer parte do imobilizado dessa secção, sem, no entanto, deixar de ser património da Ordem dos Enfermeiros. Na Sede Nacional este mesmo valor é um custo operacional.

Custos	mEsc		
	Valor orçamentado	Valor realizado	Variação
Fornecimentos e serviços externos	230.000	217.187	-5,57%
Impostos	772	1.286	
Custos com o pessoal	40.000	32.392	-19,02%
Outros custos e perdas operacionais	0	136.360	
Amortizações	37.000	20.306	-45,12%
Custos e perdas financeiras	10.000	14.475	44,75%
Custos e perdas extraordinárias	5.000	9	
TOTAL	322.772	422.015	30,75%
Total custos sem as participações nos imóveis	322.772	292.015	-9.53%

(*) Outros Custos e Perdas Operacionais – Já se encontram deduzidos da percentagem de quotização de cada uma das Secções Regionais (com igual reflexo no Mapa de Proveitos) e dizem, principalmente respeito à comparticipação da Sede Nacional com a aquisição dos imóveis para instalação das Secções Regionais:

- ✓ Secção Regional do Norte 50.000 contos
- ✓ Secção Regional da Madeira 50.000 contos
- ✓ Secção Regional do Centro 30.000 contos



C. J. F.
074
[Handwritten signature]

Para melhor análise a totalidade desta rubrica pode ser visualizada no mapa seguinte:

▪ **Outros Custos e Perdas Operacionais**

		mEsc
Outros custos e perdas operacionais	Valor orçamentado	Valor realizado
quotização de filiação		
Açores		26.709
Centro		46.150
Madeira		21.194
Norte		61.883
Sul		86.683
TOTAL 1		242.619
comparticipação aquisição imobilizado*		
Secção Regional Centro	30.000	30.000
Secção Regional Madeira	50.000	50.000
Secção Regional Norte	0	50.000
Devolução de inscrições I Congresso		47
Outros custos operacionais		6.313
TOTAL 2		136.360
TOTAL 1+2		378.979

No Plano de Actividades e Orçamento para o ano de 2001 constava do mapa de investimento, o valor para a aquisição dos imóveis da Secção Regional do Centro e da Madeira.

Pelos motivos atrás expostos de reestruturação contabilística e adaptação do Plano de Contas à realidade da Ordem, assim como, a separação de balanços por secção regional obteve-se um novo agrupamento de rubricas. O valor para a aquisição da Secção Regional do Norte não estava orçamentado, mas na reunião de Conselho Directivo Nacional de 6 de Junho de 2001, foi deliberado o montante expresso no mapa, por razões de custo oportunidade apresentadas pela Secção Regional do Norte.



Handwritten notes:
 C. J. F.
 2001
 J. J. A.
 J. J. A.
 J. J. A.

▪ Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de fornecimentos e serviços externos (FSE) é aquela cuja natureza atinge maior expressão na estrutura de custos da **Sede Nacional da Ordem dos Enfermeiros**, após a rubrica de outros custos operacionais que serve de contrapartida e de ligação com as Secções Regionais. As principais contribuições dos FSE foram:

mEsc	
Fornecimentos e Serviços Externos	2001
electricidade	125
combustíveis	13
água	26
outros fluídos	24
ferramentas e utens. desgaste rápido	266
livros e documentação técnica	451
material de escritório	4261
artigos para oferta	272
rendas e alugueres	20033
comunicação	52384
seguros	471
transportes de mercadorias	687
transportes de pessoal	180
deslocações e estadias	40409
honorários	12489
contencioso e notariado	36
conservação e reparação	899
publicidade e propaganda	240
limpeza higiene e conforto	339
trabalhos especializados	79522
outros fornecimentos e serviços	4060
TOTAL	217187

A execução apresentada merece os seguintes comentários:

▪ Rendas e alugueres

Neste montante, estão os alugueres de espaços dos encontros e conferências decorrentes da actividade do Plano, representando o aluguer de sala e do equipamento audiovisual com o I Congresso Nacional 77% do total desta rubrica.



C. J. F.
[Handwritten initials]
[Handwritten initials]
[Handwritten initials]

- **BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO EM 31-12-2001 ANEXO AO BALANÇO**
- **ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS**

**ANEXO AO RELATÓRIO E CONTAS
REFERENTES AO ANO 2001**

**SEDE NACIONAL****BALANÇO ACTIVO**

Exercício: 2001

Mês: FINAL

77
02
7-9
[Handwritten signature]

CODIGO DAS CONTAS	ACTIVO	EXERCICIOS			
		2001			ANTERIOR
		AB	AP	AL	AL
	IMOBILIZADO:				
	IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:				
431	Despesas de instalação.....				
432	Despesas de investigação e desenvolvimento....	3.913.650	1.304.420	2.609.230	
433	Propriedade industrial e outros direitos.....				
434	Trespases.....				
441/6	Imobilizações em curso.....				
449	Adiantamentos por conta de imo. incorporeas....				
		3.913.650	1.304.420	2.609.230	
	IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:				
421	Terrenos e recursos naturais.....				
422	Edifícios e outras construções.....	38.723.823	774.476	37.949.347	
423	Equipamento básico.....	6.248.129	2.694.987	3.553.142	
424	Equipamento de transporte.....				
425	Ferramentas e utensílios.....				
426	Equipamento administrativo.....	74.876.394	35.985.563	38.890.831	
427	Taras e vasilhames.....				
429	Outras imobilizações corpóreas.....	3.063.802	652.354	2.411.448	
441/6	Imobilizações em curso.....				
448	Adiantamentos por conta de imo. corporeas....				
		122.912.148	40.107.380	82.804.768	
	INVESTIMENTOS FINANCEIROS:				
4111	Partes de capital em empresas do grupo.....	250.873.500		250.873.500	
4121+4131	Empréstimos a empresas do grupo.....				
4112	Partes de capital em empresas associadas.....				
4122+4132	Empréstimos a empresas associadas.....				
4113+414+415	Titulos e outras aplicações financeiras.....				
4123+4133	Outros empréstimos concedidos.....				
441/6	Imobilizações em curso.....				
447	Adiantamentos por conta de invest. financeiros				
		250.873.500	0	250.873.500	
	TOTAL ACTIVO IMOBILIZADO	377.699.298	41.411.800	336.287.498	

**SEDE NACIONAL****BALANÇO PASSIVO**

Exercício: 2001

Mês: FINAL

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including the name "M. Silva".

CODIGO DAS CONTAS	CAPITAL PROPRIO E PASSIVO	EXERCICIOS	
		2001	ANTERIOR
	PASSIVO:		
	PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS:		
291	Provisões para pensões.....		
292	Provisões para impostos.....		
293/8	Outras provisões para riscos e encargos.....		
	DIVIDAS A TERCEIROS - MEDIO E LONGO PRAZO.....		
	DIVIDAS A TERCEIROS - CURTO PRAZO:		
	Empréstimos por obrigações:		
2321	Convertíveis.....		
2322	Não convertíveis.....		
233	Empréstimos por títulos de participação.....		
231+12	Dívidas a instituições de crédito.....	6.260.676	
269	Adiantamentos por conta de vendas.....		
221	Fornecedores c/c.....	39.573.552	
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência.....		
222	Fornecedores - Títulos a pagar.....		
2612	Fornecedores de imobilizado - Títulos a pagar.....		
252	Secções Regionais.....	83.748.625	
253+254	Empresas participadas e participantes.....		
251+255	Outros accionistas (socios).....		
219	Adiantamentos de Membros.....	15.626.772	
239	Outros empréstimos obtidos.....		
2611	Fornecedores de imobilizado c/c.....	5.327.482	
24	Estado e outros entes públicos.....	1.595.703	
262+263+264+265+746	Outros credores.....	26.065.200	
		178.198.010	
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:		
273	Acrescimos de custos.....	5.232.332	
274	Proveitos diferidos.....	15.632.772	
	TOTAL DO PASSIVO.....	199.063.114	
	TOTAL DO CAPITAL PROPRIO E PASSIVO.....	811.356.323	



SEDE NACIONAL

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Exercício: 2001

Mês: FINAL

Handwritten notes and signatures:
Mf
of
Dr
[Signature]

CODIGO DAS CONTAS	CUSTOS E PERDAS	EXERCICIOS	
		2001	ANTERIOR
61	Custo das mercad. vendidas e das materias consumidas: Mercadorias..... Materias.....		
62	Fornecimentos e servicos externos..... Custos com o pessoal:	217.186.700	
641+642	Remuneracoes..... Encargos sociais:	27.463.058	
643+644 645/8	Pensoes..... Outros.....	4.928.761	32.391.819
66	Amortizacoes do imobiliario corporeo e incorporeo....	20.306.082	
67	Provisoes.....		20.306.082
63	Impostos.....	1.285.774	
65	Outros custos e perdas operacionais.....	378.978.772	380.264.546
	(A).....	650.149.147	
682 683+684 (2)	Perdas em empresas do grupo e associadas Amortizacoes e prov. de aplic. e invest. financeiros Juros e custos similares: Relativos a empresas do grupo..... Outros.....	14.474.645	14.474.645
	(C).....	664.623.792	
69	Custos e perdas extraordinarios.....	9.076	
	(E).....	664.632.868	
86	Imposto sobre o rendimento do exercicio.....		
	(G).....	664.632.868	
88	Resultado liquido do exercicio.....	73.206.563	
		737.839.431	



SEDE NACIONAL

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
Exercício: 2001

Mês: FINAL

Handwritten notes and signature:
F A
7/10/01
[Signature]

CODIGO DAS CONTAS	PROVEITOS E GANHOS	EXERCICIOS	
		2.001	ANTERIOR
71	Vendas: Mercadorias..... Produtos.....		
72	Proveitos Associativos.....	717.076.704	717.076.704
(3)	Varição da produção.....		
75	Trabalhos para a própria empresa.....		
73	Proveitos suplementares.....	8.256.897	
74	Subsídios a exploração.....		
76	Outros proveitos operacionais.....		8.256.897
	(B).....		725.333.601
782	Ganhos em empresas do grupo e associadas:		
784	Rendimentos de participação de capital:		
(4)	Rendimentos de títulos negoc. e de out. aplic. financ		
	Relativos a empresas do grupo.....		
	Outros.....		
(5)	Outros juros e proveitos similares:		
	Relativos a empresas do grupo.....		
	Outros.....	10.583.677	10.583.677
	(D).....		735.917.278
79	Proveitos e ganhos extraordinários.....		1.922.153
	(F).....		737.839.431
RESUMO			
	Resultados operacionais: (B)-(A)=.....	75.184.454	
	Resultados financeiros: (D-B)-(C-A)=.....	-3.890.968	
	Resultados correntes: (D)-(C)=.....	71.293.486	
	Resultados antes de impostos: (F)-(E)=.....	73.206.563	
	Resultado líquido do exercício: (F)-(G)=.....	73.206.563	